



Acesse o site
pelo QR Code



Renato Padalka

20/3

ATO UNIFICADO NO TRE-SP, ÀS 14h

Unir a categoria na luta por carreira, salário, saúde e direitos



Cláudio Cammarota

Arquivo Sintrajud



Arquivo Sintrajud



Ano mal começou, mas Sindicato e categoria intensificam mobilização contra exclusão do orçamento, benesses para juízes e em defesa da carreira (PCCS). Foto 1: ato no Fórum Ruy Barbosa em defesa da isonomia na saúde, em 19/2; foto 2: Assembleia no TRE, em 6/2; Foto 3: Convocação para o dia 20/3 no JEF/Capital; e foto 4: Assembleia do TRF-3/JF.

Vitória do NS consolida retomada da valorização de técnicos.
Pág. 3

Em SP, é preciso intensificar a reação contra ataques das administrações. Pág. 4

08/3: Dia Internacional de Luta das Mulheres tem ato unificado.
Pág. 4

LUTA POR DIREITOS

Conselho de Base organiza categoria para forte mobilização em 20 de março

Ato no TRE-SP vai reunir servidores/as de todos os ramos do Judiciário e defender o PCCS, a carreira pelo RJU, mais verbas para a assistência em saúde e permanência dos requisitados na Justiça Eleitoral.



Claudio Cammarota

A onda de ataques dos governos federal e estadual, a inflação e cortes orçamentários que consomem os salários, e os impactos da política econômica que tira direitos para garantir o arcabouço fiscal e a remuneração do rentismo foram temas da 53ª Reunião do Conselho de Base ocorrida no último dia 22.

Na atividade, servidoras e servidores representantes dos locais de trabalho, aposentados e dirigentes decidiram fortalecer a mobilização nacional da categoria convocada para o próximo dia 20 de março. Em São Paulo, acontecerá um ato unificado em frente ao TRE (Rua Francisca Miquelina, 123, Centro). Colegas que se deslocarem de outras unidades da capital e interior serão reembolsados pelo Sindicato, mediante comprovação forma-

lizada ao e-mail reembolso@sintrajud.org.br. A orientação da diretoria é para que se formem grupos para uso de carros de aplicativos.

A reunião do Conselho de Base contou com a participação do dirigente da CSP-Conlutas Paulo Barela; do coordenador do Movimento Luta de Classes (MCL), Sérgio Henrique Reis; os dirigentes da Fenajufe Fabiano dos Santos e Luciana Carneiro; e da coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli. Os convidados trouxeram ao debate dados e estudos sobre os impactos da política econômica para a classe trabalhadora e a categoria.

Ao final, foi aprovada uma agenda de mobilizações pela aprovação do PCCS construído em duas plenárias da cate-

goria e a inclusão dos servidores no orçamento. Também entrou na ordem do dia a defesa da manutenção do Regime Jurídico Único (Lei 8.112/1990) como critério da reestruturação da carreira. Como Barela afirmou na reunião, o fim do RJU aprovado pelo Supremo Tribunal Federal no final do ano passado, “vai na lógica de uma reforma administrativa que hoje está sendo aplaudida por setores do governo.”

Sérgio frisou que o fim do RJU também favorece as terceirizações e privatizações. E lembrou que, no caso do sistema de transporte ferroviário no estado de São Paulo, as falhas e acidentes “aumentaram 14 vezes após a privatização”.

Fattorelli destacou que enquanto o pagamento de juros e amortizações da dívida pública consumiu quase dois trilhões do Orçamento geral da União de 2024 (42,96%), o Judiciário, por exemplo, recebeu apenas 1%.

11/03: Ato-assembleia por mais verbas para a saúde, no Fórum Ruy Barbosa, 14h.

15/03: Assembleia geral on-line elege delegação ao 12º Congrejufe e organiza o dia 20

20/03: Indicativo de greve nacional pela carreira, saúde e direitos (ato unificado em frente ao TRE, 14h).

2025
CALENDÁRIO DE LUTAS

EDITORIAL

Ajuste fiscal de Lula não atinge bancos, parlamentares e a magistratura

Gratificação por exercício cumulativo de jurisdição (GECJ), folga remunerada de dez dias por mês, Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – vedado pela Constituição Federal –, gratificações por diferenças na entrância. Em 2024, cerca de R\$ 12 bilhões do Orçamento do Poder Judiciário foram consumidos por benesses pagas a juizes, desembargadores e ministros das cortes judiciais – quase 20% da dotação orçamentária. Só com a recuperação disfarçada dos quinquênios, retirados de todo o serviço público federal no governo Fernando Henrique Cardoso, cada juiz pode ganhar até R\$ 2 milhões em retroativos a 2006. Tudo isso em franco conflito com a legislação que veda acréscimos remuneratórios aos subsídios da magistratura.

De acordo com pesquisa da Transparência Internacional, em 2023 os penduricalhos representaram 39% da remuneração dos magistrados na Justiça Federal e 29% na Justiça do Trabalho. Considerando os

valores dos subsídios, além de escandalosamente altas, essas parcelas representam uma apropriação do Orçamento do Poder, limitando o próprio funcionamento do Judiciário Federal, a realização de concursos públicos, nomeações de aprovados. E, desde o ano passado, impactando diretamente na retirada de direitos básicos dos servidores e servidoras – como na

Magistratura se autoconcede benesses enquanto retira nosso direito à carreira/RJU, ataca salários e a saúde

redução do auxílio-saúde no TRT-2 – para bancar a festa da magistratura.

O próprio CNJ, no relatório ‘Justiça em

Números 2024’, reconhece que entre 2009 e 2023, dobraram as terceirizações e houve um aumento de 53,6% dos estagiários. É a precarização da prestação jurisdicional

Essa realidade é produto do projeto governamental em aliança com a cúpula do Judiciário. Assim legitimam ataques como o fim do Regime Jurídico Único (RJU) e a relativização do direito à data-base para servidores/as.

É essa lógica também que fecha os olhos ao descarte de alimentos e ao desmatamento realizado pelo agronegócio, impondo aos trabalhadores um enorme peso inflacionário de alimentos e uma crise climática sem precedentes.

Enquanto o “ajuste fiscal” do governo Lula/Alckmin não afeta banqueiros, industriais do agro, parlamentares e a magistratura, os trabalhadores pagam a conta da crise.

Ou reagimos a esse projeto ou perdemos tudo!

Pauta aprovada no Conselho de Base

- Incorporar a manutenção irrestrita do RJU ao PCCS e defesa de mais concursos;
- Nacionalizar a mobilização em defesa da mais verbas e da isonomia na assistência à saúde, exigindo a contratação de plano de saúde pelo TRE-SP e aumento do auxílio;
- Isenção de impostos para a classe trabalhadora;
- Fortalecer a luta pela redução de jornada de trabalho em todo o PJU;
- Articular comitiva de representantes

- da JE e sindicatos, organizada pela Fenajufe, para solicitar reunião com a presidente do TSE, ministra Carmen Lúcia, e debater a questão dos requisitados e o repúdio à terceirização;
- Defender o retorno do sistema de teletrabalho com dois dias presenciais por semana na Justiça Eleitoral;
- Pressionar a presidência do TRF-3 para que receba o Sindicato;
- Assegurar aos colegas lotados no Arquivo do TRT-2 (Unidade

- Administrativa III) a suspensão do expediente em caso de alerta de tempestades pela Defesa Civil, dados os alagamentos recorrentes (e adoção do mesmo critério para unidades que enfrentam a mesma dificuldade);
- Chamar aposentados/as e pensionistas a participar da Marcha em Brasília para o apensamento da PEC 555/2006 (que extingue a taxaço das aposentadorias) à PEC 06/2024;
- Reivindicar Auxílio-Nutrição e Auxílio-Farmácia para aposentados/as.

Destaques no Conselho



“O mecanismo da dívida, ao invés de trazer investimento, sangra o orçamento e está por trás de tudo isso que nossos companheiros falaram aqui hoje. Está por trás das contrarreformas, privatizações. O Tribunal de Contas da União já confirmou isso”

Maria Lúcia Fattorelli (ACD)



“O fim do RJU, aprovado pelo STF, assevera uma política de contratação no serviço público que leva à privatização e ao Estado mínimo. A emenda 19/98 flexibiliza o regime de contratação e vai na lógica de uma reforma administrativa que está sendo aplaudida por setores do governo.”

Paulo Barela (CSP-Conlutas)



“A luta do Sintrajud se conecta com a luta de classes em todo o nosso estado. Acho que é importante ter essa perspectiva da união da classe trabalhadora, que realmente vai ser fundamental.”

Sérgio Henrique (MCL)



“O funcionalismo e, em especial, os servidores e servidoras do Judiciário precisam construir um grande movimento grevista, para enfrentar essa política que tem avançado sobre os trabalhadores e trabalhadoras e que não vai deixar de avançar enquanto nós não fizermos o enfrentamento”

Fabiano dos Santos (Luta Fenajufe)



“Todas as falas desse Conselho de Base foram no sentido de defesa do RJU, do nosso PCCS, contra a precarização do serviço público, levando-se sempre em consideração que isoladamente nós não conseguiremos chegar a nenhuma vitória. Essa unidade será levada ao Congrejufe, para que a luta seja efetivamente conjunta.”

Luciana Carneiro (Luta Fenajufe)

Saiba tudo sobre os debates no Conselho de Base fotografando o QR Code ao lado.

ATUAÇÃO SINDICAL

Sintrajud: compromisso na defesa dos direitos

A vitória do reconhecimento do nível superior para os técnicos/as fortalece a luta pelo PCCS com sobreposição e demais reivindicações da categoria.



ACOM/STF



Valcir Araujo



Arquivo Sintrajud

A integralização da última parcela do reajuste conquistado em 2023 coloca uma difícil perspectiva, num cenário de inflação e cortes orçamentários. Por isso, o Sintrajud intensificou a atuação em defesa das pautas nacionais no Judiciário Federal.

A participação ativa na mobilização durante o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 7709 - sobre o nível superior para técnicos/as - assegurou os votos dos ministros Luiz Fux e Luís Roberto Barroso. As técnicas e coordenadora do Núcleo do Sindicato Maria Ires Graciano Lacerda (JEF/Capital), Sandra Tirlone (JF/Santos) e Samanta Pinheiro (TRT-2) estiveram nos dias 18 e 19 de fevereiro em Brasília. Assim como Eloisa Raiça (TRT-2). E os dirigentes Anna Karenina e Antônio Melquíades se reuniram com Fux e dialogaram com Barroso.

A vitória do NS favorece a luta em defesa do PCCS com a sobreposição das tabelas, que foi tema de diálogo entre a diretora do Sindicato Camila Oliveira com o conselheiro do CNJ Guilherme Feliciano. Coordenador do Fórum de Carreira no âmbito do Conselho e do Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistra-

dos e Servidores, Feliciano recebeu Camila e o diretor de base Henrique Sales no dia do ato dos colegas do TRT-15 contra a redução do auxílio-saúde, em Campinas. A dirigente cobrou a retomada da isonomia na saúde e a valorização da carreira.

A diretoria do Sindicato também se reuniu com o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Luís Felipe Salomão, durante inspeção no TRF-3. Na pauta: o PCCS; a isonomia na assistência à saúde; o restabelecimento da VPNI de quintos com pagamento dos valores retroativos; a demanda por uma política efetiva de combate ao assédio moral; e a imposição do prazo inviável de 100 dias para a tramitação processual.

Confira os impactos da vitória do NS fotografando o QR Code



Arquivo Sintrajud



ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Assembleia *on-line* em 15/3 elege delegação ao 12º Congresso da Fenajufe

A organização da luta em defesa das reivindicações da categoria tem hoje um empecilho fundamental: a direção majoritária da Federação Nacional (Fenajufe). Ao longo de 2024 o setor cutista da entidade priorizou a participação no espaço *fake* do Fórum de Carreira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao invés de mobilizar para exigir a tramitação e aprovação do projeto construído pela categoria para valorizar a carreira (o PCCS).

O resultado: o Supremo Tribunal Federal continua ignorando os/as trabalhadores/as um ano e dois meses depois. A tal ponto que o coordenador do Fórum do CNJ, Gui-

lherme Feliciano, convidado a participar do Coletivo Nacional de Saúde da Fenajufe (ConSaúde), no dia 23 de fevereiro, não foi e sequer justificou a ausência.

O 12º Congresso da Federação, que acontece em Foz do Iguaçu (PR) de 26/4 a 1º de maio, é uma oportunidade de resgatar a entidade para a base. E a direção do Sintrajud quer fazer essa discussão na assembleia convocada para o dia 15 de março, em plataforma *on-line*, a partir das 14 horas.

O edital e as regras de participação estão disponíveis no *site* (www.sintrajud.org.br). Para assegurar que apenas sindicalizados

e sindicalizadas votarão na assembleia, será necessário um cadastramento prévio na plataforma, como nas eleições do Sindicato. Após o cadastro, a pessoa receberá o *link* intransferível para acessar a sala da assembleia e o ambiente de votação.

O cadastro pode ser feito fotografando o QR Code ao lado, das 12h do dia 14/03 e até as 14h30 de 15/03/2025.



Luta contra o assédio moral e por respeito



A diretoria do Sintrajud também vem atuando em São Paulo no combate ao assédio moral institucional e cobrando às administrações a garantia de direitos e respeito à categoria. Na ambientação dos novos servidores da Justiça Federal, foram apresentadas as formas de atuação da entidade e a importância da sindicalização.

No início de fevereiro, o Sindicato se reuniu com a direção do Tribunal Regional Eleitoral para cobrar a pauta histórica da categoria e manifestar repúdio ao projeto de substituir servidores requisitados por terceirização. A intransigência

da administração tem sido motor para a mobilização do dia 20 de março. A última assembleia no Regional teve mais de 300 participantes *on-line* e presencialmente.

O Sintrajud também acompanha a transformação de varas em núcleos do Projeto Justiça 4.0 da Justiça Federal, como aconteceu em Ourinhos e Santos, sem nenhum diálogo com os trabalhadores, que temem a perda da lotação e das funções comissionadas. Uma solução para a insegurança que a forma açodada de implantação dos núcleos vem gerando é cobrada à Diretoria do Foro e à Presidência do TRF-3.

No TRT-2, em audiência com o presidente do Regional, desembargador Valdir Florindo, o Sindicato cobrou a retomada da isonomia na saúde e posicionamento do Tribunal sobre as novas normas do CSJT para a saúde, nomeações e concursos, reajuste dos auxílios alimentação e creche e da indenização de transporte para oficiais, a redução da jornada e a revisão das atuais regras do teletrabalho que restringem o acesso aos servidores/as.

8 de março contra a violência e cortes de direitos

O Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras terá um ato unificado com o *slogan* "Pela vida das mulheres: por democracia, contra a fome, pela legalização do aborto, salário digno, fim da escala 6x1, fim da violência policial, contra o fascismo e o racismo!" A concentração terá início às 14 horas, no vão livre do Masp.

E para marcar o mês da luta feminista no Judiciário Federal, no dia 26 de março, o Coletivo Mara Helena dos Reis promoverá uma *live* sobre o "Os cortes de gastos e a violência contra as mulheres".

A atividade será transmitida pelo YouTube e Facebook do Sindicato a partir das 19h30.

JORNAL DO SINTRAJUD

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP

Diretoria: Ana Luiza Figueiredo, Ana Silvia Poço, Anna Karenina, Antonio Melquiades 'Melqui', Camila Oliveira Gradin, Ciro Manzano, Cleber Aguiar, Fabio Rodrigues, Isabella Leal, Ismael Souza, João Carlos Silva, Jorge Costa, Lynira Sardiha, Luiz Paiva, Lutemberg de Souza, Marcos Trombeta, Marinilda Dias, Maurício Rezzani, Rosana Nanartonis, Sanches.

Editora: Luciana Araujo - **Jornalistas:** Hélcio Duarte Filho, Niara Aureliano e Tatiana Botosso

Diagramação: Roberto Lima - **Tiragem:** 10.000 exemplares



Claudio Cammarota

